

Adriana Demite Stephani
(Organizadora)

Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : uma nova agenda para a emancipação / Organizadora Adriana Demite Stephani. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação. Uma Nova Agenda para a Emancipação; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-738-3 DOI 10.22533/at.ed.383192310</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Stephani, Adriana Demite. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coleção “Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2” é um mosaico de abordagens, olhares e narrativas sobre a educação brasileira. De caráter *pluri*, é composta por 2 volumes contendo 23 artigos cada, reunindo ao todo 46 textos que discutem, refletem e apresentam práticas de pesquisadores e docentes de diferentes estados e instituições, tanto brasileiras quanto internacionais.

objetivo da obra é apresentar um panorama das diversas e importantes pesquisas pelo país a partir de inúmeros aspectos da educação, desde processos históricos de constituição, desafios, enfrentamentos e ações na/para a formação docente, perpassando por reflexões sobre a educação como instrumento para a formação crítica e como processo inclusivo, como também apresentando possibilidades reais de atuações em sala de aula através dos relatos das práticas docentes.

O volume I inicia com 6 artigos que refletem o perfil docente do Século XXI diante dos novos paradigmas para a formação de professores e as reais condições do exercício docente em nosso país, refletindo sobre aspectos curriculares e enfrentamentos nessa formação. A esses primeiros textos, seguem-se outros 3 textos que trazem um olhar também sobre o perfil, o papel e a importância de gestores e coordenadores na Educação Básica. E, a Educação Básica é linha condutora dos 13 demais artigos que exploram diferentes aspectos educacionais como a inserção de temáticas pouco exploradas em sala de aula, assim como, práticas docentes envolvendo diferentes ferramentas e explorando os recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), a partir de pesquisas realizadas, como também através de relatos de trabalhos com jogos e oficinas em sala de aula.

Os 5 textos iniciais do Volume II abordam aspectos históricos da educação, trazendo pesquisas, apresentando processos históricos constituintes de espaços escolares e de processos de escolarização, tanto de educação básica como superior, que narram alguns momentos, entre tantos, da história da educação brasileira. Seguem-se a esses, outros 9 capítulos que possuem como linha conectiva a formação crítica e emancipadora através do processo educativo em diferentes frentes, espaços e abordagens teóricas. Os 8 capítulos restantes refletem sobre o processo de inclusão, os enfrentamentos da educação especial, a questão da saúde dos profissionais da educação, os dilemas da relação família-escola, a necessidade de escuta na educação infantil e a importância de reflexões sobre a sexualidade juvenil.

Essa diversidade de temáticas e pesquisas apresentadas na obra demonstra os múltiplos olhares e enfrentamentos da educação do país e a necessidade de aprofundamento e reflexão constantes.

Convidados o leitor para essa reflexão!

Adriana Demite Stephani

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O PERFIL DO PROFESSOR NO SÉCULO XXI	
Jacqueline de Sousa Batista Figueiredo	
Eliana Conceição Sanguino	
Giovana Leticia Leal	
Julia Gonçalves Moreira	
Leonardo de Paula e Silva Filho	
Najara Roberta Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.3831923101	
CAPÍTULO 2	13
DIDÁTICA NO ENSINO SUPERIOR: UM TESOURO VALIOSO	
Alexandra Bezerra de Sousa Gonzaga	
Jovina da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3831923102	
CAPÍTULO 3	24
DESVELANDO O COTIDIANO DE MÃES UNIVERSITÁRIAS	
Rayany Mathias da Silva	
Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3831923103	
CAPÍTULO 4	36
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES E IMPACTOS NA PEDAGOGIA	
Adelcio Machado dos Santos	
Joel Bonin	
DOI 10.22533/at.ed.3831923104	
CAPÍTULO 5	52
O DOCENTE NO ENSINO DE QUÍMICA: ESTUDO DE CASO COM PROFESSORES DE QUÍMICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA BAHIA	
Ademilson de Jesus Silva	
Amanda Maria Rabelo Souza	
Claudia Santos da Silva	
Davyd Lucas Lima Pereira	
Tarcísio José Maciel Passos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.3831923105	
CAPÍTULO 6	64
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA NO PROJETO LÍNGUAS NO <i>CAMPUS</i>	
Karina dos Reis Costantin	
Gabriel Salinet Rodrigues	
Roséli Gonçalves do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.3831923106	
CAPÍTULO 7	73
GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DA PRÁXIS DO GESTOR	
Rizolanda Luiza Vauthier	
DOI 10.22533/at.ed.3831923107	

CAPÍTULO 8 85

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO AMBIENTE ESCOLAR

José Roberto Alves Bezerra
Ellis Rejane Barreto
Gláucia Aline de Andrade Farias
Juliana Cristiane Câmara
Maria Aparecida Moura
Marilene Ambrósio da Silva
Allysson Lindálio Marques Guedes
Magnólia Meireles da Silva
Jobson Magno Batista de Lima
Rafael Batista de Souza
Carpegiane Alves de Assis
Leilson de Oliveira Augusto

DOI 10.22533/at.ed.3831923108

CAPÍTULO 9 97

PROFILE OF YOUNG AND ADULT EDUCATION PEDAGOGICAL COORDINATOR (EJA)

José Roberto Alves Bezerra
Gláucia Aline de Andrade Farias
Maria da Guia de Souza Martins
Marilene Ambrósio da Silva
Allysson Lindálio Marques Guedes
Marta Jussara Bezerra da Silva
Magnólia Meireles da Silva
Jobson Magno Batista de Lima
Rafael Batista de Souza
Carpegiane Alves de Assis
Leilson de Oliveira Augusto

DOI 10.22533/at.ed.3831923109

CAPÍTULO 10 109

ENTENDENDO A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA ESTRUTURAÇÃO DOS ENCONTROS FORMATIVOS DE PROFESSORES

Thayana Carpes

DOI 10.22533/at.ed.38319231010

CAPÍTULO 11 117

SISTEMATIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PICOS-PI: PROBLEMATIZAÇÃO E PRESSUPOSTOS INVESTIGATIVOS

Karielly Mayara de Moura Leal
Luiz Sanches Neto
Luciana Venâncio

DOI 10.22533/at.ed.38319231011

CAPÍTULO 12 126

LÍNGUA ESTRANGEIRA: A FASE MAIS FAVORÁVEL PARA A APRENDIZAGEM E OS RECURSOS ADEQUADOS PARA A CONTRIBUIÇÃO NESSE PROCESSO

Marcio José Pereira
Edson José Gomes

DOI 10.22533/at.ed.38319231012

CAPÍTULO 13	138
TRABALHO, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO: COMO ENFRENTAR AS DESIGUALDADES?	
Maria Luiza Nogueira Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.38319231013	
CAPÍTULO 14	147
CONSTRUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO EM SALA DE AULA: UMA PROPOSTA PARA O LANÇAMENTO DO DISCO ENVOLVENDO AS MÍDIAS	
Amanda Simões Martins	
Kairam Ramos Rios	
Rodrigo Constantino de Melo	
Nestor Rossi Junior	
Ígor Schardong	
Luiz Fernando Cuozzo Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.38319231014	
CAPÍTULO 15	151
MEANINGFUL GAME: UM OLHAR SOBRE O USO DE JOGOS E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO	
Marcone Hilton de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.38319231015	
CAPÍTULO 16	163
ESTUDO DE ARQUÉTIPOS APLICADO AO JOGO <i>SAY BYE TO THE VILLAINS</i>	
Marcelo Satoshi Taguchi	
Letícia Hanae Miyake	
Victor Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38319231016	
CAPÍTULO 17	180
PROPOSTA DE OFICINA DE QUADRINHOS: O APRENDIZADO DE UMA LINGUAGEM MULTIMÍDIA	
Eduardo Elisalde Toledo	
Marcelo Magalhães Foohs	
DOI 10.22533/at.ed.38319231017	
CAPÍTULO 18	191
SITE DE CURADORIA EM JOGOS DIGITAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA	
Daiana Aparecida Fontana Cecatto	
DOI 10.22533/at.ed.38319231018	
CAPÍTULO 19	204
PROJETO DIDÁTICO ARTE NATUREZA	
Thassyane Peres Tassinari	
Eleusa Maria Ferreira Leardini	
Glaucia Mariana da Silva	
Maria de Fatima Silveira Polesi Lukjanenko	
Millaany Felisberta de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.38319231019	

CAPÍTULO 20	212
METODOLOGIAS ATIVAS COMO RECURSO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE ADULTOS EM ESCOLA TÉCNICA PÚBLICA DE SANTA MARIA/ RS	
<p>Janaína de Arruda Carilo Schmitt Juliane Praposqui Marchi da Silva Leila Maria Araújo Santos Lubia Telma Garcia Wustrow Souza Tiago Saidelles</p>	
DOI 10.22533/at.ed.38319231020	
CAPÍTULO 21	219
ÑE'É PORÃ – A PALAVRA-ALMA QUE IMPULSIONA AS RELAÇÕES INTERCULTURAIS NA ESCOLA	
<p>Fátima Rosane Silveira Souza</p>	
DOI 10.22533/at.ed.38319231021	
CAPÍTULO 22	231
A IMPORTÂNCIA DO TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS PARA DOCENTES DA REDE INFANTIL DE ENSINO	
<p>Andreza Halax Rebouças França Juliany Ingridy Silva de Medeiros Kellyson Lopes da Silva Macedo Pablo Ramon da Silva Carvalho Maria Josielly Do Nascimento Santos Islayane Nayara Batista Barbosa Gabriele de Araújo Costa Aline Cristiane De Oliveira Deborah Beatriz Silva Costa Moisés de Oliveira Freire Vinicius Costa Maia Monteiro Wesley Queiroz Peixoto</p>	
DOI 10.22533/at.ed.38319231022	
CAPÍTULO 23	239
PERFIL INTERNACIONAL EN LA FORMACIÓN DEL MÉDICO COLOMBIANO	
<p>Cabrales Vega Rodolfo Adrián</p>	
DOI 10.22533/at.ed.38319231023	
SOBRE A ORGANIZADORA	246
ÍNDICE REMISSIVO	247

O PERFIL DO PROFESSOR NO SÉCULO XXI

Jacqueline de Sousa Batista Figueiredo

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Faculdade de Educação, Poços de Caldas - Minas Gerais
Departamento de Educação e Ciências Humanas

Eliana Conceição Sanguino

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Faculdade de Educação, Poços de Caldas - Minas Gerais

Giovana Leticia Leal

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Faculdade de Educação, Poços de Caldas - Minas Gerais

Julia Gonçalves Moreira

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Faculdade de Educação, Poços de Caldas - Minas Gerais

Leonardo de Paula e Silva Filho

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Faculdade de Educação, Poços de Caldas - Minas Gerais

Najara Roberta Rodrigues

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Faculdade de Educação, Poços de Caldas - Minas Gerais

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo enfocar o perfil do professor do século XXI, sua imagem social, sua profissionalidade, bem como aspectos da legislação educacional brasileira

e seus impactos na atividade docente. Nossa pretensão, na concepção deste trabalho, é de contribuir, de alguma forma, com o debate e a reflexão sobre novos paradigmas para a formação de professores e as reais condições do exercício docente em nosso país.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Prática educativa. Profissionalidade.

PROFESSOR'S PROFILE IN THE 21ST CENTURY

ABSTRACT: This article aims to focus on the profile of 21st century teachers, their professionalism and social image, as well as aspects of Brazilian educational legislation and its impact on teaching activity. Our intention, in the conception of this work, is to contribute, in some way, to the debate and the reflection on new paradigms for the formation of teachers and the real conditions of the teaching exercise in our country.

KEYWORDS: Teacher training. Educational practice. Professionalism.

1 | INTRODUÇÃO

As mudanças vivenciadas na sociedade contemporânea relacionam-se reciprocamente com o contexto da educação, estas

caracterizam paradigmas de sustentação às práticas pedagógicas vigentes no currículo e nas instituições de ensino. Deste modo, o sistema educacional, passa a ser continuamente questionado e revisto. Neste foco, analisar as competências e a função social da educação relacionada ao papel do professor do século XXI é um fator intrínseco.

A preocupação com a formação do professor é fundamental para a atuação do futuro profissional, que, durante a vivência teórica, através de seu engajamento com a pesquisa e os estudos, deve adquirir embasamentos e fundamentações teóricas, capazes de proporcionar uma postura de mudança frente às metodologias, às instrumentalizações e aos conteúdos, de modo que este professor se posicione criticamente, na crescente complexidade de vida e diante das mudanças do sistema educativo, bem como, se fazer capaz de internalizar a diversidade e a pluralidade da realidade que perpassa o cotidiano escolar.

2 | DESAFIOS DA PRÁTICA EDUCATIVA NO SÉCULO XXI

São muitos os desafios enfrentados nas escolas do século XXI, e o professor precisa saber lidar com isso. Hoje em dia, diante da tamanha disponibilidade de informação, tornou-se ainda mais desafiador para os professores, em termos de domínio e de saber, lidar e se adequar com isso dentro da sala de aula, de modo que se desenvolvam situações e ferramentas facilitadoras da aprendizagem e da tomada de consciência.

Morin (2011), defende a interligação dos diversos ramos do conhecimento, e nos leva a perceber que o professor precisa desenvolver um trabalho, que precisa ser estimulado e valorizado desde o começo, para assim, perceber que a valorização do todo reúne qualidades e propriedades que não são encontradas na unidade trabalhada de forma separada do todo.

Refletindo sobre estas considerações de Morin, podemos entender que é essencial para uma boa prática educativa, compreender que ao chegar à escola o aluno é portador de suas mais diversas manifestações sociais, artísticas, culturais, educacionais, políticas, econômicas, que devem ser levadas em conta para seu processo de aprendizagem.

São muitos e variáveis os atributos necessários e exigidos do professor para a sua prática escolar. Atitudes crítico-reflexivas, novas posturas em função das mudanças, lidar com os novos meios de comunicação, dominar a complexidade dos saberes. São atitudes cobradas do professor neste atual cenário caracterizado por intensas transformações e alternâncias de expectativas da sociedade acerca do trabalho docente.

2.1 A formação para a competência profissional

Estão nossos sistemas de formação adequados para dotar o professor dos saberes necessários para o exercício de seu ofício? Como deveriam ser as instâncias formadoras? Quais seriam os métodos? Como seriam os currículos?

Todas estas questões têm sido temas para os mais variados posicionamentos de pensadores e especialistas da educação, das mais variadas correntes de pensamento, como Nóvoa (1995) e (2001), Arroyo (2013), Esteve (1995), Libâneo (2017), entre outros, porém, unânimes quanto à importância do professor e sua formação para os desafios da Educação neste século.

De acordo com Nóvoa (1995), o modelo de formação oferecido pelas instituições ainda deixa a desejar, muito embora tenha ocorrido, nos últimos anos, segundo ele, uma verdadeira revolução nesse campo. Ele considera que as instituições são muito fechadas em si mesmas e demonstram certa incapacidade para colocar em prática modelos inovadores.

Nóvoa (2001) enfatiza a importância do aprender contínuo atribuindo-lhe um caráter essencial na profissão do professor. Na sua opinião ele deve se concentrar na própria pessoa do professor, como agente, e na escola, como local de crescimento profissional permanente.

Acrescenta, ainda, ser preciso atentar que estamos passando de uma lógica que privilegiava claramente a formação inicial para uma outra que entende o desenvolvimento da formação como um processo. Um processo que se inicia no momento da experiência do docente como aluno (formação inicial básica) e tem continuidade no momento que assume a condição de titular na profissão (formação continuada).

A formação continuada faz parte dos anseios e das reivindicações dos professores, sob a perspectiva de melhor qualificação e reconhecimento profissional; e já se consolidou como uma das preocupações governamentais nos seus propósitos para melhoria da educação. Podemos ver isso manifestado, por exemplo, nos artigos 62 e 62-A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Observamos também, na Resolução nº 2 do Conselho Nacional da Educação de 01 de julho de 2015, que, no seu artigo 1º, institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica.” E ainda ressaltamos o Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 em que a formação continuada para a educação básica é contemplada na meta de número 16.

Indagamos, onde deve acontecer a formação continuada?

Para Nóvoa (2012) é na escola. É ali, segundo ele, que ocorrem casos reais que vão demandar atitudes reflexivas para a construção de práticas pedagógicas. Ele não invalida a utilidade de seminários, cursos e outros recursos do gênero, mas, pela sua concepção, um título a mais na formação, por si só, não faz um professor

melhor.

O autor ainda é de opinião que a formação continuada deve se desenvolver, preferencialmente, em caráter coletivo e de diferentes formas, como, por exemplo, através de seminários de observação mútua na própria escola, com participação de supervisores em diálogo com os professores. Enfim, com a criação de um espaço público em que se permita o exercício de prática coletiva e discussão. Esse espaço propicia uma articulação entre teoria e prática, que só funciona se não houver divisão de tarefas, e quando todos se sentem responsáveis pelo processo de aprendizagem.

Libâneo (2017) já acha que a formação continuada deve ocorrer tanto dentro como fora da jornada de trabalho. No ambiente do trabalho, pela própria participação no projeto pedagógico da escola, pela ajuda a professores iniciantes, reunião com colegas para discutir a prática pedagógica implantada, conselhos de classe, pesquisas coletivas, etc. E fora da jornada de trabalho, através de congressos, cursos, oficinas e outros meios. E afirma que, a formação continuada, “é responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor, porque o compromisso com a profissão requer que ele tome para si a responsabilidade com a própria função.” (LIBÂNEO, 2017, p.188).

A partir das últimas décadas do século passado, passou a ganhar força, nos discursos sobre a educação, a noção de “competência” no campo da formação de professores.

Essa teoria, que teve como principal formulador, o sociólogo suíço Phillippe Perrenoud, encontrou ampla adesão nos nossos círculos educacionais, com grande divulgação da chamada “Pedagogia das Competências”, extraída das ideias de Perrenoud.

De acordo com Silva e Maciel (2010), essa teoria está intimamente ligada à reestruturação produtiva do modo de produção capitalista iniciada nos anos 70 do século passado, que motivou profundas transformações no mundo do trabalho.

É uma teoria amplamente aceita e está incorporada no nosso sistema de ensino. Silva e Maciel (2010) chamam a atenção para a presença constante da chamada “Pedagogia das Competências” em documentos oficiais, a partir da década de 1990, não, por acaso, o período em que se inicia, no Brasil, a implantação de políticas neoliberais, citando o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2000. Registram, ainda, que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 já apresentam princípios e fundamentos claramente identificados com uma concepção pragmática de educação.

No pensamento de Perrenoud, (2000), o professor necessita desenvolver competências, que ele define como “capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação.” (PERRENOUD, 2000, p.13).

A sua ideia de educação continuada contempla um referencial de novas competências que o professor precisa desenvolver para cada situação. Estabelece o que chama de dez novas competências para a prática pedagógica.

Vamos nos ater à primeira delas, que o autor estabelece como a competência de organizar e dirigir situações de aprendizagem, pois é a que julgamos mais recorrente no cotidiano escolar.

Assim, pelo pensamento de Perrenoud, entende-se que organizar e dirigir uma determinada situação de aprendizagem requer uma competência global e esta:

Mobiliza várias competências mais específicas: Conhecer para determinada disciplina os conteúdos para serem ensinados, e a sua tradução em objetivos de aprendizagem. Trabalhar a partir das representações dos alunos. Trabalhar a partir dos erros e obstáculos da aprendizagem. Construir e planejar dispositivos e sequências didáticas. Envolver os alunos em atividades de pesquisa, em projetos de conhecimento. (PERRENOUD, 2000, p.24)

Sobre o domínio dos conteúdos, um atributo sempre necessário no pensamento de Perrenoud (2000) e exigido do professor, a verdadeira competência pedagógica, não se limita a esse domínio, vai além, precisa saber relacionar os conteúdos com os objetivos propostos e com situações de aprendizagem. Sobre trabalhar a partir das representações dos alunos, considera que ao chegar à escola o aluno traz conhecimentos do senso comum e que se deve trabalhar a partir de suas concepções para se chegar aos conhecimentos científicos que a ele se pretende ensinar. E recomenda que o professor atente para a existência dos limites dos nossos conhecimentos, ou seja, da mesma forma que o próprio professor encontra dificuldade com assuntos mais complexos nas matérias que leciona, o aluno a encontrará nas noções mais elementares. Neste caso, “a competência do professor é, então, essencialmente didática. Ajuda-o a fundamentar-se nas representações prévias dos alunos, sem se fechar nelas”. (PERRENOUD, 2000, p. 28)

2.2 A imagem social do professor

Outro aspecto importante que deve ser considerado no contexto da formação dos professores é a influência decisiva que ela vai exercer na imagem social da profissão.

Abordaremos, a seguir, considerações de Esteve (1995), Libâneo (2017) e Arroyo (2013) sobre essa questão.

Num olhar sobre as abordagens dos autores citados sobre esse assunto, notamos que Esteve (1995) considera, principalmente, a necessidade de mudanças dos paradigmas da educação. Libâneo (2017) trata da importância da profissionalização e do profissionalismo para o reconhecimento social. E Arroyo (2013) teoriza sobre a importância da imagem pública da profissão do professor.

Para Esteve (1995), nos últimos anos ocorreu uma ruptura do consenso sobre a educação e como consequência surgiram distintos modelos educativos com exigências que se contrapõem ao consenso pré-existente, acarretando o aumento das contradições do professor no exercício da função docente. “Deste modo, o professor estará sempre sujeito a críticas, tanto no plano dos valores como no domínio metodológico, independentemente do modelo que escolher.” (ESTEVE,

1995, p. 103).

Observe-se, também, que a partir da democratização do ensino, tornou-se necessário a integração de alunos de diferentes orientações socioculturais. “Nesse sentido, não é de estranhar o desajustamento e as dificuldades dos professores situados em zonas de grande diversidade cultural”. (ESTEVE 1995, p. 102.)

A rápida transformação das demandas sociais aliada aos avanços tecnológicos trazendo inúmeras fontes alternativas de informação requerem novas posturas dos professores, mas também, sensíveis mudanças dos conteúdos curriculares, num cenário em que até o domínio de qualquer matéria se torna muito difícil. O que, na visão de Esteve (1995) provoca receios e afeta a própria confiança do professor.

Quando se fala em currículo, toca-se num ponto bastante sensível dos debates e formulações de planos para a educação, e especificamente no que se refere à formação de professores.

O parecer CNE 2/2015 sinaliza para essa questão ao salientar que “a formação de profissionais do magistério da educação básica tem se constituído em campo de disputas de concepções, dinâmicas, políticas, currículos, entre outras.” (PARECER CNE/CP nº 2/2015, 2015, p. 5).

Figueiredo (2018), em suas análises sobre a legislação educacional na área de formação dos professores, ao focar a questão do currículo, apresenta um conceito instigante: “É veículo de ideologia, pois não existe conhecimento desinteressado.” (FIGUEIREDO, 2018, p. 29).

Pela visão da autora, o currículo, “afeta diretamente o processo da produção do conhecimento e o papel que as instituições de formação devem assumir perante a sociedade como um todo. “Implica a visão de sociedade, de educação e de homem.” (FIGUEIREDO, 2018, p. 29).

Para Saviani (2016) a construção do currículo passa pela noção de que o conteúdo fundamental da escola está no saber e no conhecimento, mas o saber elaborado, sistematizado. Pois, para ele, os saberes do senso comum já existem, não é preciso ir à escola para adquiri-los, ou seja, a escola é importante para o povo, à medida que lhe proporcione o acesso ao saber elaborado e não fará sentido democratizá-la esvaziando-a deste seu conteúdo específico.

Retomando a questão da imagem social do professor, constatamos que a preocupação com esse assunto, mesmo que de forma discreta, já é percebida pela esfera oficial. Encontramos menção ao tema no Parecer 2/2015 do Conselho Nacional de Educação onde está registrado:

Merece ser ressaltado, ainda, estudos e pesquisas nacionais e internacionais que sinalizam importantes e diversas visões sobre a formação de professores, destacando-se, entre outros, questões atinentes a identidades desses profissionais. (PARECER CNE/CP nº 2/2015, 2015, p. 4).

Sobre a percepção da categoria, a respeito de sua identidade, Arroyo (2013), ao discorrer sobre os movimentos reivindicatórios da classe por melhores condições

de trabalho, que considera legítimos e importantes, adverte que “essas lutas só têm sentido se for reconhecida a especificidade do papel do professor”, e que, “a desvalorização do campo educativo e do saber profissional levará à desvalorização da categoria frente aos governos e à sociedade”. (ARROYO, 2013, p. 23)

Acrescenta, ainda, ver, nessas reivindicações, muito mais do que lutas por salários, estabilidade e condições de trabalho. Vê “a defesa e afirmação de um ofício que foi vulgarizado e precisa ser recuperado sem arrependermos do que fomos outrora, porque ainda somos” (ARROYO, 2013, p. 23)

Na visão do autor os professores carregam a imagem que a mídia e os governantes projetam sobre eles, tendo reduzido seu papel a de simples ensinantes. Destaca: “Cada novo governante, gestor ou tecnocrata, até de agências de financiamento se julgam no direito de nos dizer o que não somos e o que devemos ser” (ARROYO, 2013, p.24).

2.3 A profissionalidade docente

Com respeito à constatação de que a busca de melhor qualificação pelos professores nos últimos anos não se traduziu em melhoria de sua imagem, conforme aludimos no parágrafo anterior, vemos, no pensamento de Arroyo (2013), argumentação no sentido de que a profissão do professor é uma das que não são reconhecidas pela competência.

O autor insiste na necessidade de se consolidar o que ele chama de uma cultura pública para legitimar o ofício de professor, e que isso passa pelo exercício da profissão na perspectiva da garantia do direito de toda a criança, jovem ou adulto, à educação, ao conhecimento e à cultura.

Para ele, enquanto os próprios mestres não incorporarem essa cultura, “esses valores e essas condutas não serão reconhecidos socialmente como profissionais, nem a educação escolar será reconhecida como tarefa de um saber profissional.” (ARROYO, 2013, p. 193)

Argumenta, ainda, que está fixada na sociedade a imagem do professor transmissor de conhecimentos escolares, aquele que ensina, prepara para concursos e vestibulares, aplica provas, aprova ou reprova.

Ao abordar a questão relativa à identidade profissional dos professores, Libâneo (2017), inicia suas considerações afirmando que a atividade principal do professor é o ensino. Desta maneira ele terá que adquirir, na sua formação profissional, um conjunto de conhecimentos necessários para levar o ensino e a aprendizagem à escola. “Esse conjunto de requisitos profissionais que tornam alguém um professor, uma professora, é denominado profissionalidade. A conquista da profissionalidade supõe a profissionalização e o profissionalismo”. (LIBÂNEO, 2017, p.69).

Ainda no pensamento do autor profissionalização refere-se às condições ideais para um bom exercício profissional, e ele elenca essas condições: formação inicial e formação continuada, habilidades e atitudes profissionais, remuneração compatível

com a natureza e as exigências da profissão, condições de trabalho.

Quanto ao profissionalismo, refere-se “ao desempenho competente e compromissado dos deveres e responsabilidades que constituem a especificidade de ser professor” (LIBÂNEO, 2017, p. 69).

Todos esses conceitos nos levam a entender que para agir com profissionalismo, ou seja, desenvolver a contento todas as atribuições esperadas de um bom professor, tais como conhecer bem as matérias e métodos de ensino, preparar aulas adequadamente, participar da gestão da escola, criar situações de aprendizagem; além de dedicação e comprometimento, o professor precisa adquirir profissionalização.

Como todos sabemos é generalizada a queixa dos profissionais do magistério a respeito das dificuldades para se obter o nível de profissionalização necessário e exigido pela sua função. Fatores como condições de trabalho precárias e remuneração incompatível contribuem para esse quadro. De que forma suprir essa deficiência?

Na opinião de Libâneo (2017) um professor realmente comprometido com o significado social de sua profissão pode:

Compensar uma fraca profissionalização estudando mais, investindo na sua formação continuada, lutando por melhores salários. Pode, ao mesmo tempo, mudar suas atitudes, suas convicções, seus valores em relação à prática profissional, o que pode levá-lo, inclusive, a buscar melhor qualificação. O que justifica essa atuação comprometida é a natureza da profissão de professor, é a responsabilidade que a tarefa educativa traz consigo. (LIBÂNEO, 2017, p.70).

Todos sabemos que a profissão docente possui um caráter essencialmente social, portanto, a figura do professor é de extrema visibilidade e sujeita a avaliações dos mais diversos segmentos da sociedade. Por outro lado, fica claro, pelo que foi exposto até aqui, que a imagem de um profissional, é determinada, principalmente, pelo grau do profissionalismo no desempenho de suas funções. Sendo assim, considerando as dificuldades que o professor encontra para obter uma profissionalização adequada, é fácil se concluir que a profissão será desvalorizada perante a sociedade.

Sabemos também, que no nosso modelo de educação, o setor governamental é o principal responsável por suprir os recursos necessários à profissionalização do magistério, tanto no que se refere aos recursos materiais e financeiros, quanto na elaboração e execução de planos adequados para o ensino e educação. Mas ao que se vê é que esses recursos não atendem as reais necessidades do setor.

Não obstante é comum se observar discursos das alas governamentais, apelos de mídia, enaltecendo o papel da educação para o desenvolvimento do país e do cidadão. Dessa forma, cria-se na sociedade uma expectativa sobre o trabalho do professor, de uma maneira desproporcional à sua capacidade de realização, o que interfere negativamente na imagem de sua profissão. “Dói a imagem de professor que carregamos, a imagem de professor que a mídia e os governantes projetam sobre os mestres da Escola Básica” (ARROYO, 2017, p. 13)

Configura-se, assim, um motivo para que os cursos de formação inicial também se preocupem com o aspecto da identidade profissional a ser adquirida pelos futuros professores. A formação dos profissionais identificados com o seu ofício de ensinar é um dos requisitos básicos para o enfrentamento dos desafios abundantes no ambiente escolar. Afinal, temos que levar em conta que, apesar dos problemas, “os professores continuam sendo os principais agentes da formação dos alunos e, portanto, a qualidade dos resultados de aprendizagem é inseparável da sua qualificação e competência profissionais.” (LIBÂNEO, 2013, p.71).

As considerações desses três autores (ESTEVE, ARROYO e LIBÂNEO) nos levaram a entender que a formação inadequada para atender as notáveis mudanças e inovações ocorridas nas últimas décadas no âmbito da sociedade como um todo, aliada a outros fatores como desvalorização profissional, (incluindo aí não apenas a remuneração insuficiente, mas também a precarização das condições estruturais para o exercício do magistério), e, principalmente a frustração da expectativa da sociedade em relação à educação sob a perspectiva da ascensão de classe e igualdade social; foram determinantes para afetar a figura e a identidade profissional do professor.

Cabe, agora, uma breve consideração sobre o papel que tem sido desempenhado pelas instâncias governamentais do nosso país em termos de legislação e programas para a educação, e especificamente no campo da formação de professores, nestes tempos de intensas alterações de expectativas da sociedade para com o setor, e de grande influência dos interesses do mercado nas políticas educacionais.

De acordo com os estudos de Figueiredo (2018), as reformas educacionais das últimas décadas em diversos países são articuladas com a globalização econômica, e, “uma nova organização para o setor educacional vem sendo arquitetada a partir de critérios de eficiência que estejam em consenso com os interesses de mercado.”(FIGUEIREDO, 2018, p.20).

Exemplo contundente é a Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016 que, para os próximos vinte anos, condiciona os gastos governamentais, (incluindo os sociais, onde está a educação) ao aumento do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Ou seja, o mercado é que vai regular o nível de gastos, inclusive para educação. O governo, portanto, deixa de assumir seu compromisso social.

Sem entrar no mérito sobre a forma como as leis e os planos educacionais serão executados, e a quais interesses poderão servir além dos estritamente educacionais, reconhece-se que houve avanços na legislação nas duas últimas décadas, no sentido de intenções de oferta de educação. Percebe-se, também, um compromisso mais claro com a formação de profissionais da educação básica.

A criação e regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), também trata de melhor oferta de formação continuada e melhor remuneração dos profissionais

da educação básica. Destacamos o Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que, do total das 20 metas estabelecidas, 4 são dedicadas a essa questão.

Ainda sobre a formação para a educação básica, deve-se mencionar a Resolução nº 2 de 01 de julho de 2015 do Conselho Nacional da Educação, que trata exclusivamente das diretrizes para a formação inicial e continuada de professores de educação básica, e cujo projeto foi elaborado de acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP nº 2/2015, aprovado em 09 de junho de 2015.

Enfim, é abundante a legislação educacional produzida nas últimas décadas.

Figueiredo (2018) assim se posiciona:

É preciso salientar que há propósitos reais para a formação dos profissionais da educação no que diz respeito à profissionalização da educação e propósitos proclamados pelo mundo do sistema oficial que organiza a formação dos profissionais da educação sem levar em conta o processo, o meio, o objeto e os instrumentos de trabalho situando-os como prestadores de serviços educacionais. (FIGUEIREDO, 2018, p. 27).

O contexto de transformações radicais no sistema educativo dos últimos anos provocado pelo ritmo extremamente acelerado das transformações sociais, a busca intensa por inovações em todas as áreas e uma tendência mercantilista a influir em quase todos os setores de nossas atividades, provocam uma pressão por mudanças constantes na área da educação, especialmente na formação dos profissionais do ensino. Tais mudanças, quando, encampadas e formalizadas através da legislação educacional, como têm sido assimiladas pelos profissionais da educação?

Figueiredo (2018) interpreta que:

A legislação educacional estabelecida é apreendida pelos profissionais da educação que perceberão seus indicativos de maneira distinta segundo suas experiências, seus interesses e seu preparo profissional. Nos tempos atuais, defrontamo-nos com uma evolução acelerada da sociedade que traz reflexos nas relações entre o mundo da formação e o mundo do trabalho. Inevitavelmente refletem em nosso modo de agir, pensar e sentir. Em consequência disso, o fenômeno educativo tem se desenvolvido em meio a uma complexidade incrementada pelas mudanças científicas, sociais e educativas. (FIGUEIREDO, 2018, p. 28).

O trabalho docente deve se pautar pela legislação, mas não só por ela. Também deve ser pautado pelas peculiaridades do cotidiano escolar onde o professor continua desenvolvendo seu aprendizado para a formação do aluno.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se, portanto, que não depende só do professor o esforço para se atingir o nível ideal de profissionalização. Nossa realidade no ensino público, em termos de condições materiais de trabalho é, reconhecidamente, precária. Os níveis salariais são insuficientes, não atingindo, para grande parte da categoria, nem mesmo o piso

estabelecido pelo próprio sistema.

A má qualidade da educação é percebida pela sociedade que estende suas críticas aos professores, rebaixando sua imagem social.

Por outro lado, os professores não são os responsáveis pelas transformações sociais, políticas e econômicas que modificam o sistema de ensino. Ao contrário, pela concepção de Esteve (1995), mais do que responsáveis, são suas primeiras vítimas.

Quanto à teoria de Arroyo (2013) segundo a qual a luta pelo reconhecimento da especificidade do profissional docente por parte da sociedade terá que passar pela necessidade da formação de uma cultura pública, não deixa de conter um caráter um tanto utópico, quando se considera a natureza altamente pragmática e tecnicista definitivamente incorporada no nosso sistema de ensino, impostos pelo domínio do capital, e com adesão de governos, mídia, e, por conseguinte de toda a sociedade.

Hoje, os pais querem sim, que o professor seja um treinador eficiente na preparação de seus filhos para o difícil jogo da concorrência mercantil, e os professores, carentes de recursos, desmotivados e pressionados, tendem a assumir esse papel.

A natureza da profissão do professor requer que ele se habitue às contradições de seu ofício, às adaptações necessárias de sua função de ensinar e às novas exigências que se renovam através dos tempos. Isso não pressupõe atitudes de conformismo de maneira a aceitar sua função pedagógica como parte de um mero treinamento técnico, ou que as dificuldades da realidade escolar neutralizem seus sonhos e expectativas com a profissão.

O esforço na busca constante do aperfeiçoamento de seu aprendizado pedagógico e de seus conhecimentos à luz das inevitáveis transformações por que passa o ensino é que poderão lhe proporcionar melhor assimilação às mudanças que se apresentam e condições mais claras para rever convicções e até mudar de atitudes, com consciência e sem medo de se desviar do seu comprometimento com as responsabilidades da missão educativa e do objetivo transformador da educação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens**. 15. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2013. 251 p.

BRASIL. **Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 30 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 2/2015, aprovado em 09 de junho de 2015**. Brasília, DF: Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index>.

php?option=com_docman&view=download&alias=17625-parecer-cne-cp-2-2015-aprovado-9-junho-2015&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 2 de 01 de julho de 2015**. Brasília. DF: Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> Acesso em: 10 mai. 2019.

ESTEVE, J. M. Mudanças Sociais e Função Docente. In: NÓVOA, A. (org.). **Profissão Professor**. Porto: Portugal: Porto, 1995, p. 93-123.

FIGUEIREDO, J. S. B. Legislação Educacional, os profissionais da Educação e o trabalho docente pós-LDB. In: RUELA FILHO, M.; SCHIAVETTO, S. N. O. (orgs.). **Narrativas (In)Comuns: formação e atuação de professoras e professores da educação superior**. Curitiba: PR: CRV, 2018. p. 19-39.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2017. 304 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. Tradução de C. F. Silva; J. Sawya. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (org.). **Profissão Professor**. Porto: Portugal: Porto, 1995. p. 15-31.

NÓVOA, A. **Professor se forma na escola**. Entrevista a Paola Gentile. Portal Nova Escola, 01/ mai/2001. Entrevista. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/179/entrevista-formacao-antonio-novoa>. Acesso em: 15 jun. 2019.

NÓVOA, A. **Entrevista com o educador português Antonio Nóvoa**. Entrevista a Gabriela Portilho e Beatriz Vichessi. Portal Nova Escola, 01/out/2012. Entrevista. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/212/entrevista-educador-portugues-antonio-novoa>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução de P. C. Ramos. Porto Alegre: RS: Artmed, 2000. 192 p.

SAVIANI. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da base comum curricular. **Movimento Revista de Educação**. v. 3, n. 4, p. 54-84, 2016.

SILVA, P. A. D.; MACIEL, A. C. Pedagogia das Competências e Construtivismo: aproximações no contexto da reestruturação positiva. **Revista Educa: Semana Educa**, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/semanaeduca/article/view/149>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

ADRIANA DEMITE STEPHANI - Possui Licenciatura em Letras e Pedagogia. Especialista em Língua Portuguesa: Métodos e Técnicas de Produção de Textos. Mestrado e Doutorado em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é docente (Adjunto III) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, em Arraias, e do Programa de Pós-graduação em Letras da UFT/Porto Nacional. Tem experiência na área de Letras e Pedagogia com ênfase em Ensino de Língua e Literatura e outras Artes, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, Letramentos, Arte e ensino, Arte Literária, Literatura e ensino, Literatura e recepção, Literatura e outras Artes, Leitura e formação, Leitura e Escrita Acadêmica e Literatura infanto-juvenil. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Literatura, Ensino e Recepção (LER), em parceria com docentes da UEG e UnB. Avaliadora do Inep/MEC de cursos de Letras e Pedagogia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 2, 4, 5, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 42, 43, 53, 55, 60, 61, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 76, 78, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 181, 182, 191, 192, 194, 197, 200, 201, 202, 210, 215, 216, 217, 218, 221, 226, 237

Aprendizagem significativa 13, 15, 22, 61, 121, 151, 154, 155, 156, 161, 162, 217

Arquétipos 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178

Arte 19, 39, 107, 168, 181, 183, 185, 186, 189, 190, 196, 204, 246

Atualização 109, 113

Autonomia 19, 22, 32, 34, 48, 50, 53, 78, 80, 89, 107, 109, 111, 114, 115, 119, 144, 214, 215, 218, 224

B

BNCC 109, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 122, 184, 190, 205, 206, 210

C

Card games 163

Complexidade 2, 10, 17, 41, 117, 119, 165, 192, 228

Coordenador pedagógico 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107

Criança 7, 45, 126, 128, 129, 131, 135, 136, 145, 148, 153, 183, 205, 206, 207, 208, 210, 227

Curadoria 191, 193, 196, 197, 200, 201, 202

Currículo 2, 6, 12, 13, 14, 15, 22, 46, 53, 55, 56, 59, 60, 66, 79, 89, 104, 107, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 120, 132, 135, 146, 191, 192, 201, 206, 211, 220, 221, 222, 230, 240, 244

D

Democracia 73, 74, 77, 78, 80, 83, 145, 228

Design de personagens 163

Desigualdades 24, 28, 29, 34, 42, 87, 138, 139, 143, 144, 145

Didática 5, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 43, 55, 61, 62, 63, 68, 89, 194, 195, 201

Disco 147, 148, 149

Docência 13, 14, 15, 16, 18, 22, 23, 54, 62, 96, 115, 116, 125, 227, 229

E

Educação básica 3, 6, 9, 10, 54, 60, 61, 100, 107, 109, 110, 115, 117, 120, 123, 135, 139, 180, 181, 220, 221

Educação de jovens e adultos 91, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 223

Educação profissional 212, 213, 215, 216, 217, 218

Ensino de história 191, 193, 194, 195, 198, 200, 201, 230

Ensino de língua inglesa 64, 137

Ensino de química 52, 53, 57

Ensino e aprendizagem 15, 18, 19, 20, 22, 65, 85, 95, 104, 126, 128, 129, 133, 134, 135

Escola 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 18, 24, 27, 39, 45, 50, 57, 58, 59, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 112, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 135, 136, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 150, 180, 181, 183, 192, 193, 194, 195, 200, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 221, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Estudo 13, 15, 16, 18, 24, 25, 26, 28, 36, 38, 39, 42, 45, 52, 54, 55, 56, 61, 62, 63, 68, 73, 85, 87, 103, 106, 122, 133, 135, 137, 139, 140, 142, 143, 156, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 178, 182, 188, 195, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 220, 222, 226, 232, 234, 236, 237, 238

F

Filosofia 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 181, 217

Formação de professores 1, 4, 6, 9, 64, 65, 68, 71, 95, 106, 116, 145, 146, 202, 219, 222, 223, 229, 246

Formação inicial 3, 7, 9, 10, 64, 65, 66, 70, 71, 143

G

Game design 151, 158, 159, 160, 161, 163, 178, 179

Games 151, 152, 154, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 179, 181, 191, 192, 193, 195, 203

Gênero 3, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 70, 71, 72, 115, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 181, 184, 185, 198

Gestão escolar 55, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 93, 95

Gestor escolar 55, 58, 73, 74, 75, 78, 79, 81, 83, 84

H

Histórias em quadrinhos 180, 181, 182, 183, 184, 188, 189, 190

I

Imaginação 131, 183, 189, 194, 204, 205

J

Jogos 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 216, 217

Jogos digitais 160, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202

L

Licenciatura em química 52, 55

Língua estrangeira 72, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 135, 136, 137

Linguagem multimídia 180, 181, 182

M

Material didático 67, 68, 70, 72, 122, 135, 147, 155

Maternidade 24, 25, 26, 28, 30, 31, 33, 34, 86

Metodologias ativas 19, 22, 212, 214, 216, 217, 218

N

Narrativa 31, 32, 125, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 176, 177, 178, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 195, 198, 200, 203

Natureza 8, 11, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 75, 112, 118, 132, 140, 160, 162, 170, 192, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 221

P

Participação 4, 14, 15, 19, 26, 29, 31, 45, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 73, 77, 80, 81, 82, 99, 104, 113, 139, 143, 144, 145, 161, 172, 183, 214, 236

Pedagogia 4, 12, 14, 19, 22, 36, 40, 41, 42, 43, 46, 49, 50, 70, 78, 79, 91, 95, 100, 107, 125, 138, 140, 142, 143, 146, 204, 217, 218, 246

Portfólio 13, 14, 15, 19, 22

Prática educativa 1, 2, 22, 39, 40, 62, 90, 99, 103, 107, 114

Profissionalidade 1, 7

R

Reestruturação 4, 12, 109, 111, 114, 143, 144

Reflexão 1, 14, 15, 30, 36, 37, 38, 39, 40, 46, 47, 48, 61, 65, 66, 70, 78, 90, 97, 99, 103, 107, 110, 113, 114, 192, 201, 210, 217, 224, 225, 226, 229

S

Serviço social 24, 25, 26, 28, 34, 35

T

Tecnologias educacionais 212

Trabalho 1, 2, 4, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 45, 54, 67, 68, 71, 73, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 97, 99, 100, 101, 103, 105, 106, 112, 114, 115, 117, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 160, 161, 174, 190, 192, 204, 208, 213, 215, 216, 224, 225, 226, 228, 229, 233, 235, 236, 238

W

Webcurrículo 191

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-738-3



9 788572 477383